

## Fe de erratas

Artículo: «A escravidão como um negócio disseminado no jornal da Corte de D. João VI no Rio de Janeiro (1808-1821)»

Autor: João Victor Ribeiro Pires

<https://doi.org/10.3989/aeamer.2022.1.06>

<https://estudiosamericanos.revistas.csic.es/index.php/estudiosamericanos/article/view/939>

Página 183. Tabela 3. O título diz "RUAS MAS CITADAS", quando o correto é "RUAS **MAIS** CITADAS".

Página 185. Tabela 4. O número indicado para "Ama de leite" na subseção "Escravizadas do sexo feminino" é "**39**" e não "19".

## A escravidão como um negócio disseminado no jornal da Corte de D. João VI no Rio de Janeiro (1808-1821)

La esclavitud como negocio difundido en el periódico  
de la Corte de Juan VI en Río de Janeiro (1808-1821)

Slavery as a Widespread Business in the Newspaper  
of the Lusitanian Court in Rio de Janeiro (1808-1821)

*João Victor Ribeiro Pires*

Instituto Universitário de Lisboa, Portugal/jvrpires@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7173-2191>

---

*O presente artigo analisa a impressão de anúncios referentes à escravidão no Rio de Janeiro no período em que a Corte portuguesa esteve exilada na cidade, entre 1808 e 1821. As principais fontes foram os anúncios publicados na Gazeta do Rio de Janeiro. Com uma análise estatística dos anúncios, dos preços praticados nas negociações de cativos e dos prêmios anunciados pelos fugitivos, o estudo exhibe como os cativos representaram um negócio disseminado nas páginas da Gazeta, único periódico autorizado a circular na época.*

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; Rio de Janeiro; Império português; imprensa; escravidão; colonização.

*El artículo analiza la impresión de anuncios referidos con la esclavitud en Río de Janeiro durante el período de exilio de la Corte en la ciudad, entre 1808 y 1821. Las principales fuentes fueron los anuncios publicados en la Gaceta de Río de Janeiro. Con un análisis estadístico de los lanzamientos publicitarios de prensa, los precios cobrados en negociaciones de gente esclavizada y las primas anunciadas por los forajidos, el estudio muestra cómo las personas esclavizadas representaban un negocio difundido en las páginas de la Gaceta, la única publicación periódica autorizada a circular en ese momento.*

PALABRAS CLAVE: Brasil; Río de Janeiro; Imperio portugués; prensa; esclavitud; colonización.

*This article investigates the disclosure of advertisements referring to the enslavement in Rio de Janeiro during the period when the Portuguese Court was exiled in the city, between 1808 and 1821. The main sources were the advertisements published in Gazeta do Rio de Janeiro. Taking advantage of a statistical analysis of the advertisements, the prices practiced in the negotiations of captives and the rewards announced for people who found*

*fugitives, the study shows that the slaves represented one of the main markets in terms of advertising in the press.*

KEYWORDS: Brazil; Rio de Janeiro; Portuguese Empire; Press; Slavery; Colonization.

---

CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO / CITATION: Pires, João Victor Ribeiro, «A escravidão como um negócio disseminado no jornal da Corte de D. João VI no Rio de Janeiro (1808-1821)», *Anuario de Estudios Americanos*, 79, 1, Sevilla, 2022, 171-204. <https://doi.org/10.3989/aeamer.2022.1.06>.

## Introdução

Portugal viu-se fortemente afetado pela dinâmica expansionista da França Napoleônica nas primeiras décadas do século XIX. Diante das ameaças do Exército francês, a monarquia liderada pelo príncipe regente, futuro rei D. João VI, optou, em novembro de 1807, pela transferência para o Brasil, onde estabeleceu a sua Corte no Rio de Janeiro, capital da então colônia portuguesa. Compunham a Corte transferida para os trópicos, entre outros, a rainha D. Maria I, afastada de suas funções desde 1792 por motivos médicos, o infante D. Pedro, futuro imperador Pedro I do Brasil, e a princesa D. Carlota Joaquina, filha do rei Carlos IV de Espanha.

A chegada da Família Real portuguesa ao Rio, em março de 1808, provocou um grande impacto na região. O efeito pode ser notado em diversos aspectos, sobretudo no que se refere ao aumento populacional e à expansão da importação de escravizados. Na região urbana da cidade, contabilizava-se cerca de 50 mil pessoas antes do desembarque real. O número de habitantes aumentou para aproximadamente 80 mil em 1821, ano em que o rei D. João VI regressou para Lisboa.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Conforme indica Malerba (2000), «não há censos precisos para a população do período». A estimativa de Lima (1945, 107) indica 50 mil habitantes na cidade do Rio de Janeiro antes da chegada da Família Real. O número parece alinhado com a avaliação do viajante inglês John Luccock (1820, 41), «o mais rigoroso observador estrangeiro do Rio joanino» (Malerba, 2000), que contabilizou 60 mil habitantes poucos meses após o desembarque real. Assim como Luccock, Freycinet estimou que a cidade, em 1808, «tinha cerca de 60.000 almas», acrescentando que, desde a chegada do rei, «a população aumentou muito» (Freycinet, 1827, 193). O número de pessoas transferidas com a Corte, contudo, é discutível. Malerba (2008) concluiu que o número «pode oscilar entre seis e 15 mil». O cálculo populacional de 1821 foi extraído do «Mapa da população da Corte e província do Rio de Janeiro em 1821», publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 33, página 135. Este mapa aponta uma população de 79.321 na área urbana do Rio, sendo 36.182 escravizados. Se incluirmos as regiões rurais, como Paquetá, Campo Grande e Guaratiba, a população ultrapassa os 112 mil, sendo mais de 55 mil escravizados.

Dentro das transformações verificadas às margens da Baía de Guanabara após a chegada da Corte, não há dúvidas de que a demanda pelo trabalho escravo sofreu um aumento até então não experimentado. O crescimento populacional e a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional – decretada pelo príncipe regente em 28 de janeiro de 1808 – podem ser considerados dois dos principais fatores, haja vista que a procura por mão de obra aumentou muito em consequência destes eventos. Mas o aumento resulta também dos tratados assinados com a Grã-Bretanha que, apesar da intenção britânica de alcançar a abolição, reconheceram, num primeiro momento,<sup>2</sup> «o direito dos portugueses de continuarem o comércio dentro dos seus próprios domínios»,<sup>3</sup> de modo que se manteve «praticamente tranquilo» o comércio português/brasileiro de escravos no Atlântico durante as primeiras décadas dos Oitocentos.<sup>4</sup> Entre 1808 e 1821, o porto do Rio absorveu, em média, mais de 20 mil escravos por ano,<sup>5</sup> oriundos, maioritariamente, dos portos de Cabinda, Benguela, Luanda e Moçambique.<sup>6</sup>

Durante o período analisado neste artigo, o porto do Rio já era o protagonista no cenário brasileiro. É que desde meados do século XVIII o Rio passara a desempenhar um «papel estratégico» diante de sua posição privilegiada com as regiões auríferas,<sup>7</sup> e tornara-se «o maior e mais importante centro de importação e reexportação de africanos para o Brasil, suplantando o tráfico realizado por praças tradicionais como Salvador e Recife».<sup>8</sup> O protagonismo do Rio, capital desde 1763, é explicado pelos dados

---

2 Além do Tratado de Comércio e Navegação e o de Aliança e Amizade, ambos de 1810, sendo que o último referido trazia um artigo em que o príncipe regente concordava em cooperar com os britânicos numa gradual abolição do comércio de escravos (Bethell, 2002, 29), destacam-se também o Tratado de 22 de janeiro de 1815 e a Convenção Adicional de 28 de julho de 1817. O primeiro proibiu o tráfico de Portugal a norte da Linha do Equador, enquanto o segundo autorizou a Grã-Bretanha a apreender embarcações portuguesas a traficar ilegalmente.

3 Bethell, 2002, 30.

4 Bethell, 2002, 47.

5 *A Certidão do número de escravos entrados na Alfândega em 1810* (Rio de Janeiro, Arquivo Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, 1811, disponível em: [objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1427251/mss1427251.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1427251/mss1427251.pdf)) indica 20.909 escravizados desembarcados em 1810. Já uma certidão alfandegária de 1821, apresentada por Maria Graham (1824, 228), aponta o desembarque de 21.199 pessoas escravizadas. A base de dados *Trans-Atlantic Slave Trade Database*, disponível em [www.slavevoyages.org](http://www.slavevoyages.org), indica uma média de mais de 21 mil escravos desembarcados por ano no Rio de Janeiro entre 1808 e 1821.

6 Entre 1808 e 1821, das 735 embarcações que transferiram escravizados para o Rio constantes no *Trans-Atlantic Slave Trade Database*, 222 partiram de Cabinda, 215 de Luanda, 116 de Benguela e 102 de portos no atual Moçambique, nomeadamente os da Ilha de Moçambique, Quelimane e Inhambane.

7 Sampaio, 2008, 1.

8 Florentino e Fragoso, 1993, 34.

apresentados por Florentino e Fragoso, que indicam que «o porto carioca tenha absorvido no mínimo a metade do total de exportações de africanos para o Brasil durante o século XVIII, ou seja, mais ou menos 650.000 indivíduos».<sup>9</sup> Note-se ainda que entre 1791 e 1830 o porto do Rio absorveu 56 % dos desembarques de africanos para o Brasil.<sup>10</sup>

Com um mercado endógeno, o Rio ligava-se a uma rede comercial que transferia cativos para o interior da colônia por terra e mar. Do Rio, os cativos eram «redistribuídos pela própria capitania e para Minas Gerais; uns poucos iam dar em portos como Santos, Desterro, Rio Grande e Montevideo».<sup>11</sup> Um dos exemplos é a transferência por terra de cativos para Minas Gerais – apenas a comarca do Rio das Mortes chegou a ter 85 mil escravizados em 1821.<sup>12</sup> Por mar, o porto do Rio enviava cativos para regiões como litoral de São Paulo, norte fluminense, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.<sup>13</sup> O ponderoso comércio atlântico de escravizados permitiu aos traficantes uma posição de destaque na hierarquia social, com os mercados «configurando a própria elite colonial».<sup>14</sup>

Em paralelo a este cenário, os periódicos impressos serviram de espaço para anunciar o comércio de escravos. Foi na época joanina que surgiu o primeiro periódico da história impresso no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, pertencente à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A *Gazeta* foi criada em setembro de 1808 e sua circulação perdurou até dezembro de 1822, três meses depois da Independência brasileira. Era publicado duas vezes por semana, às quartas e aos sábados, tornando-se trissemanal a partir de 20 de junho de 1821. Nesta fase final, circulou às terças, quintas e sábados.

O periódico era impresso com quatro páginas, tendo a última folha uma seção de anúncios ou «Avisos», como eram chamados. Esta seção consistia numa prestação de serviços, onde eram publicados avisos dos habitantes do Rio de Janeiro, especialmente os comerciantes que anunciavam a venda de livros, alimentos, escravos, imóveis, além de anúncios de dívidas, perda de artigos, leilões, entre outros. Estes anúncios representam a principal fonte deste artigo.

9 Florentino e Fragoso, 1993, 35.

10 Fragoso, 1998, 94.

11 Florentino, 2008, 150.

12 Florentino e Fragoso, 1993, 36.

13 Fragoso, 1998, 110-111.

14 Florentino, 2014, 12.

Utilizar os anúncios da imprensa como fonte histórica permite ao investigador ver-se diante do primeiro rascunho da história. Diversos pesquisadores têm lançado mão desta fonte e encontrado nela uma rica documentação do passado. Para Nizza da Silva, em avaliação aos próprios anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro*, o periódico «é precioso para o historiador como documento da vida cotidiana, pois sua seção de avisos deixa entrever vários aspectos do Rio de Janeiro que dificilmente se encontram em outra documentação». <sup>15</sup> Quase sempre objetivos e frios, os anúncios representam, para Costa e Silva, «excelentes esboços de retratos de escravos, nos quais, à descrição das aparências físicas, dos temperamentos, das habilidades e das maneiras de vestir, se somavam pistas preciosas sobre as violências que sofriam». <sup>16</sup>

Gilberto Freyre, pioneiro no Brasil ao chamar a atenção para a riqueza dos anúncios da imprensa em *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, editado pela primeira vez em 1961, indica que «mais do que nos livros de história e nos romances, a história do Brasil do século XIX está nos anúncios dos jornais». <sup>17</sup> Para Costa e Silva, o pioneirismo de Freyre não se restringe às fronteiras brasileiras, pois ninguém havia antes enxergado os anúncios de escravos nos jornais como fonte histórica «nem no Brasil, nem nos Estados Unidos ou na Europa». <sup>18</sup>

O caminho metodológico de observar tais fontes primárias para compreender de forma mais ampla determinado fenômeno ou período histórico é uma escolha pertinente também porque permite dar voz aos agentes do acontecimento histórico analisado. E, entendendo a atualidade como a «circulação generalizada da percepção histórica», <sup>19</sup> este método possibilita adicionalmente compreender como estes mesmos agentes enxergavam sua própria atualidade ou o seu próprio contexto histórico.

### **As estatísticas dos anúncios vinculados à escravidão**

Entre 1808 e 1821, foram produzidas pela Imprensa Régia 1610 edições da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Ao ler todas as edições do periódico,

---

<sup>15</sup> Silva, 2007, 22.

<sup>16</sup> Silva, 2021.

<sup>17</sup> Freyre, 1979, 7.

<sup>18</sup> Silva, 2021.

<sup>19</sup> Nora, 1976, 180.

disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, encontram-se 9211 anúncios publicados na seção de «Avisos». Destes, 1474, ou 16 %, foram anúncios relacionados aos negócios de escravos. Nesta pesquisa, o ano de 1822, o último de circulação do periódico em questão, não foi considerado. É que em 1821 a *Gazeta* começa a entrar em declínio e isso deve-se à ascensão do *Diário do Rio de Janeiro*, periódico inaugurado no 1.º de junho de 1821. Após a inauguração do *Diário*, nota-se uma considerável redução no número de anúncios publicados na *Gazeta*. A ocorrência não é difícil de ser explicada, uma vez que o *Diário* não cobrava pela inserção de anúncios, enquanto a *Gazeta*, desde 1817, cobrava 200 réis por cada linha de promoção. Além disso, no ano de 1822 a Corte portuguesa já não estava no Rio de Janeiro – o regresso de D. João VI a Lisboa ocorreu no dia 26 de abril de 1821.

Os anúncios da *Gazeta* relacionados às pessoas escravizadas podem ser divididos em dois grupos: aqueles que se dedicavam à venda de um indivíduo escravizado e aqueles que eram publicados pelos donos de cativos com o intuito de encontrar um escravizado que havia fugido. Foram 1046 anúncios referentes ao primeiro grupo e 428 pertencentes ao segundo, que também pode ser entendido como um negócio, uma vez que os senhores que publicavam anúncios à procura de um fugitivo, em sua maioria, também informavam o pagamento de recompensas para quem o localizasse e devolvesse.

Tais anúncios cresceram assustadoramente nos últimos anos do período joanino, de modo que os três últimos anos (1819, 1820 e 1821) tenham registrado mais da metade do total: 788 avisos acerca de escravizados neste triênio. Somente nos quatro primeiros meses do ano de 1818 foram publicados 60 anúncios vinculados aos escravizados, número superior aos 58 impressos nos quatro primeiros anos do periódico (1808-1811).

Os avisos comerciais, de compra ou venda dos africanos escravizados, eram majoritários, apesar de no biênio 1809-1810 terem sido registrados mais comunicados de fuga ou desaparecimento dos cativos, sinal de que a cultura de anunciar a venda nos periódicos impressos não estava ainda consolidada entre os comerciantes.

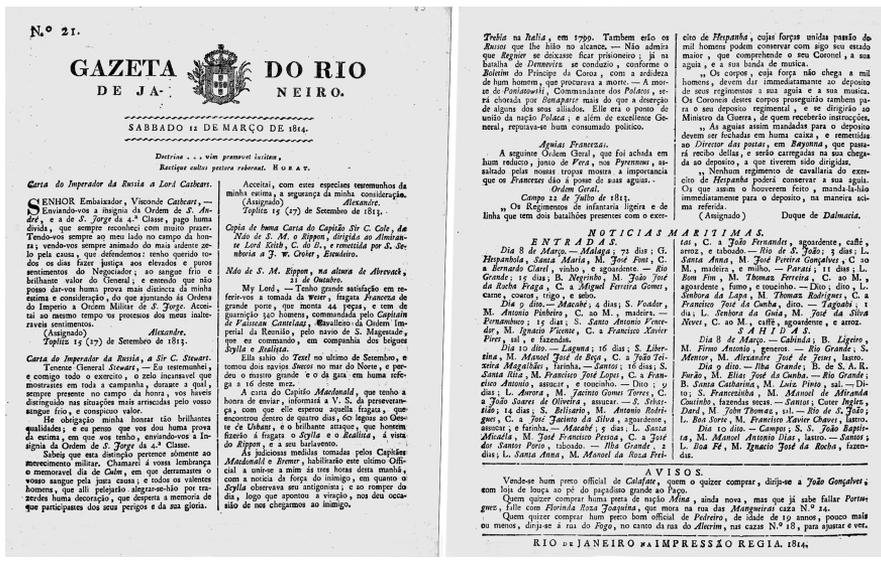
Não provocaria espanto um assinante da *Gazeta* receber em casa uma edição que, na seção de «Avisos», constasse apenas comunicados de venda ou desaparecimento de pessoas escravizadas. No dia 12 de março de 1814, por exemplo, todos os anúncios eram referentes ao comércio de escravos. A edição de 11 de dezembro de 1821, por sua vez, trazia apenas dois anúncios e ambos de fuga de pessoas escravizadas.

Em 1808, dos 79 anúncios publicados entre setembro e dezembro nenhum era referente à escravização. A prática de utilizar a folha noticiosa para anunciar a intenção de vender um escravizado, o desejo de comprar ou informar a fuga de um cativo teve início somente em 1809, com o primeiro anúncio sendo referente a uma fuga e publicado em janeiro.

Em 20 de agosto do ano passado fugiu um escravo preto, por nome Matheus, com os sinais seguintes: rosto grande e redondo, com dois talhos, um por cima da sobancelha esquerda e outro nas costas, olhos pequenos, estrutura ordinária, mãos grandes, dedos grossos e curtos, pés grandes e o corpo grosso. Na loja de fazenda de Antônio José Mendes Salgado de Azevedo Guimarães, na Rua da Quitanda, n.º 61, receberá quem o entregar, além das despesas que tiver feito, 12.800 reis de alvissaras.<sup>20</sup>

FIGURA 1

FRENTE E VERSO DA GAZETA DO RIO DE JANEIRO, N.º 21, EDIÇÃO DE 12 DE MARÇO DE 1814



Fonte: Reprodução da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

20 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 34, edição de 7 de janeiro de 1809.

TABELA 1  
QUANTIDADE DE ANÚNCIOS VINCULADOS À ESCRAVIZAÇÃO

<i>Ano</i>	<i>Anúncios de compra ou venda de escravizados</i>	<i>Anúncios de fuga de escravizados</i>	<i>Total</i>
1808	0	0	0
1809	5	22	27
1810	3	5	8
1811	17	7	24
1812	36	12	48
1813	57	19	76
1814	76	22	98
1815	39	18	57
1816	48	30	78
1817	65	35	100
1818	126	44	170
1819	165	83	248
1820	274	84	358
1821	135	47	182
Total	1046	428	1474

Fonte: *Gazeta do Rio De Janeiro*, 1808-1821.

### «Vende-se um preto, com os seguintes sinais»

Apesar dos cenários que marcavam as relações entre senhor e escravo serem tão diversos quanto complexos e de entendermos os escravizados como agentes históricos e negociadores que faziam «muito mais que sobreviver»,<sup>21</sup> viver sob a condição de escravo, em último recurso, significava ser um produto, estando sempre «condicionados por uma violência fundamental: um era propriedade alienável do outro e estava, por isso, sob seu quase absoluto domínio».<sup>22</sup> As leis permitiam que os africanos e seus descendentes escravizados fossem tratados como objetos de mercado. As *Ordenações Filipinas*, legislação portuguesa da época, indicavam, por exemplo, que um indivíduo comprado como escravo poderia ser devolvido em caso de

21 Schwarcz e Gomes, 2018.

22 Silva, 2021.

«doenças ou manqueiras». Era preciso provar ao vendedor que o indivíduo «já era doente em seu poder de tal enfermidade, contanto que cite ao vendedor dentro de seis meses do dia que o escravo lhe for entregue».<sup>23</sup>

Os princípios das *Ordenações Filipinas* «regularam as relações entre senhores e escravos pelo menos até a independência do Brasil».<sup>24</sup> Tinhorão descreve que o escravo, em resumo, tinha excluída a sua «existência de personalidade jurídica (cativo não era pessoa de Direito, mas *res*, coisa)».<sup>25</sup> Existia, no entanto, o «paradoxo de os escravos serem, juridicamente, coisa e pessoa ao mesmo tempo»,<sup>26</sup> com a legislação, por outro lado, determinando, entre outros exemplos, que o escravo deveria responder pessoalmente por um crime eventualmente cometido.

Após observar a legislação, não surpreendem os anúncios de venda de escravizados da *Gazeta do Rio de Janeiro* citarem que a pessoa que se pretendia vender era «sem defeitos». Numa edição de 1814, por exemplo, avisava-se na *Gazeta* o comércio de um sapateiro «sem defeito corporal»,<sup>27</sup> ao passo que no ano seguinte outro anunciante preferiu informar que um escravo cozinheiro anunciado era «sem maus costumes».<sup>28</sup>

O comércio de escravizados podia ser dividido em duas vertentes: as vendas dos recém-chegados, classificados como «pretos novos», e a revenda de pessoas escravizadas na cidade ou no interior. A primeira modalidade, ou seja, a primeira venda do indivíduo após o desembarque e a quarentena obrigatória, era realizada nos armazéns do Valongo, região determinada ainda no século XVIII como local oficial para a negociação dos africanos recém-chegados. Nas páginas da *Gazeta*, predominam os anúncios da segunda modalidade, ou seja, das revendas. No entanto, muitos negociantes do Valongo também foram aos jornais anunciar a disponibilidade de escravizados recém-desembarcados.

Francisco Theodoro Nunes, no armazém n.º 7 no Valongo, faz leilão público no dia 12 do corrente mês de 60 e tantos escravos de Moçambique, em lotes de 2 a 3.<sup>29</sup>

No armazém do Valongo n.º 23, do lado esquerdo, se faz leilão de quarenta e oito escravos, dezoito cadeiras, uma cama, uma cômoda, duas mesas, e várias miudezas

---

23 *Ordenações Filipinas*, livro IV, título XVII.

24 Mattos e Grimberg, 2018.

25 Tinhorão, 2018, 144.

26 Mattos e Grimberg, 2018.

27 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 24, edição de 23 de março de 1814.

28 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 73, edição de 13 de setembro de 1815.

29 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 29, edição de 11 de abril de 1810.

dos bens apreendidos de José Ferreira dos Santos, no dia 15 do corrente às nove horas da manhã.<sup>30</sup>

Depois de terem os seus primeiros donos no Brasil a partir da transação realizada no mercado do Valongo, os escravizados poderiam ser revendidos para outros senhores. A revenda de africanos ou a venda dos crioulos (nascidos no Brasil), portanto, ocorria de forma mais informal, sem local estabelecido. Por norma, nos jornais, o anunciante avisava ao interessado onde poderia se dirigir para encontrar o indivíduo para avaliação.

Quem necessitar de um escravo para todo o serviço, dirija-se à botica da Rua da Quitanda, n.º 85, onde poderá contratar a compra.<sup>31</sup>

Quem quiser comprar para fora da terra um escravo moço, e de nação, oficial de sapateiro, e que engoma bem, procure na Rua da Quitanda, n.º 81, Loja de Couro.<sup>32</sup>

Um alvará de 3 de junho de 1809 criou um tributo sobre essas revendas de escravizados, conhecido como o imposto da meia siza. A medida, estabelecida para «suprir as despesas públicas que se tem aumentado», determinou que «em todo este Estado se pague meia siza, ou 5 por cento do preço das compras e vendas dos escravos ladinos, que se entenderão ser todos aqueles que não são havidos por compra feita aos negociantes de pretos novos e que entram pela primeira vez no país, transportados da costa de África». Portanto, nas vendas ocorridas no Valongo este imposto não era cobrado – outros tributos, no entanto, eram cobrados na entrada de escravizados na Alfândega.

O texto do alvará indicava que uma pessoa «abonada» ficaria responsável por exercer a arrecadação deste imposto em cada cidade e vila em que houver Câmara. No Rio, Moreira Lírio, por exemplo, avisou que estava responsável pelo assunto a partir de 1817.

Manoel Moreira Lírio, como caixa e administrador geral dos impostos das sizas dos bens de raiz e meia siza dos escravos ladinos, faz público que em seu escritório na Rua Direita n.º 42 se fará a arrecadação do referido imposto, de todas as vendas ou transações que se verificarem nesta Corte e Província, sem que seja preciso mais aquelas dependências de assinaturas ou registros que até agora se praticava pela Câmara, e isto no presente triênio que teve princípio no 1º de janeiro de 1817 e finda no último de dezembro de 1819.<sup>33</sup>

30 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 48, edição de 13 de junho de 1812.

31 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 69, edição de 30 de agosto de 1815.

32 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 17, edição de 26 de fevereiro de 1820.

33 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 68, edição de 23 de agosto de 1817.

O preço praticado nessas vendas era variável de acordo com as características do escravizado. Sabe-se que os bebês, bem como as crianças, eram menos valorizados, pois ainda demorariam a ter capacidade para trabalhar e oferecer rendimentos ao senhor. Em relação aos adultos, o preço também podia variar conforme a função dos trabalhos que sabiam exercer e do vigor físico. Entre as mulheres, as amas de leite – as recém-paridas – representaram um mercado lucrativo. Eram frequentes anúncios de amas de leite para amamentar os filhos da elite carioca.

Quem quiser comprar uma preta para ama de leite, rapariga, de muito bom gênio, e que teve há dois meses uma filha, que está gorda e forte, e tem grande jeito para tratar de crianças, boa lavadeira, cozinheira e engomadeira, fale em Mata-Cavalos, casa n.º 11.<sup>34</sup>

Quem tiver uma preta ama de leite para vender dirija-se à Rua da Quitanda, no canto do Beco do Saraiva, em casa do mestre alfaiate Ignácio Caldas.<sup>35</sup>

Em suas páginas, a *Gazeta* fornece pelo menos 21 distintas publicações que permitem determinar o preço praticado por um cativo. Apesar destes registros não permitirem distinguir todos por idade, a conclusão que se chega é que um escravizado custava em média 155 mil réis, de acordo com os números disponíveis.<sup>36</sup> Os preços mais baixos anunciados foram 44.800 réis e 60 mil réis, provavelmente crianças ou idosos. O mais elevado foi 320 mil réis, por um homem de 18 a 19 anos. Para mensurar o valor, com os 320 mil réis referidos era possível comprar uma carruagem comum, de acordo com dois anúncios da *Gazeta* publicados em 1811 e 1821, o primeiro indicando o valor de 332 mil para uma «carruagem completa com sela e guarnições», enquanto o segundo determina que uma «sege francesa com arreios, pronta a servir» custava 160 mil réis.<sup>37</sup>

A *Gazeta* fornece informações suficientes para compreender que os compradores de escravizados podiam ser pessoas de distintas classes sociais, dado que os anúncios mencionam adquiridores de variadas profissões

34 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 36, edição de 6 de maio de 1818.

35 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 64, edição de 11 de agosto de 1819.

36 Florentino (2014, 169) calculou uma média semelhante, a partir de inventários, para o ano de 1820: um valor médio de 152 mil réis por cada escravizado. Para outros anos, porém, calculou médias inferiores, como em 1810: 119 mil réis. Florentino pesquisou apenas escravizados do sexo masculino e adultos. Neste artigo, a pesquisa abrangeu todos os valores encontrados na *Gazeta*, apesar de que somente um preço é referente a uma escravizada mulher. Ao excluir a única mulher da conta, a média de preço dentre os 20 anúncios restantes mantém-se em 155 mil réis.

37 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 81, edição de 9 de outubro de 1811. *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 9, edição de 31 de janeiro de 1821.

e perfis econômicos, como alfaiates, ferreiros, cirurgiões, militares de distintas patentes como alferes, major, tenente e coronel, padres e desembarcadores. Algo em perfeita sintonia com a análise de inventários do Rio realizada por Florentino, que observa que, entre 1790 e 1835, «nunca menos de 85 % dos inventariados eram possuidores de escravos».<sup>38</sup> Por mais que os inventários ofereçam riscos à interpretação, pois nem todos os mortos tinham bens a inventariar, ainda assim o dado comprova como a prática de utilizar escravizados era disseminada na sociedade.

TABELA 2  
VALORES DE ESCRAVIZADOS

<i>Ano</i>	<i>Descrição da Gazeta do Rio de Janeiro</i>	<i>Preço em réis</i>
1811	Escravo bom para trabalho da agricultura	128.000
1812	Moleque sapateiro, e com princípios de boleiro, 14 a 15 anos	200.000
1814	Escravo deixado como herança para a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro	200.000
1815	Escrava de 15 anos, com filha de um mês e meio	153.600
1816	Mulato sapateiro de 14 a 16 anos	115.200
1819	Ezequiel Cabinda, carpinteiro	230.400
1819	Luiz Cabinda	179.200
1820	José Cabundá	44.800
1820	Antônio Cabundá	102.400
1820	João Cassange	108.800
1820	Francisco Monjolo	96.000
1820	José Libolo	147.200
1820	Joaquim Angola	128.000
1820	Mácu de 18 a 19 anos, boleiro e sapateiro	320.000
1820	João Ganguela	153.600
1820	Joaquim Benguela	128.000
1820	Preto oficial de pedreiro	300.000
1820	Pedro Benguela	108.800
1820	José Benguela	60.000
1821	Crioulo sapateiro de 18 anos	248.200
1821	Domingos Monjolo	108.800

Fonte: *Gazeta do Rio De Janeiro*, 1811-1821.

38 Florentino, 2014, 26.

Os anúncios da *Gazeta* de compra ou venda de escravos eram maioritariamente relacionados à área urbana do Rio. Estes anúncios indicavam maioritariamente endereços na região central para a concretização da transação comercial do cativo. As principais vias do Centro, como a Rua Direita e a Rua da Quitanda, foram as mais frequentes, o que permite admitir uma forte presença dos principais comerciantes do centro carioca nos anúncios deste ramo. Dos 1.046 informes de comércio de escravizados com indicação do local, 53 direcionavam o comprador para a Rua Direita. As ruas da Quitanda, de São Pedro e do Sabão apareceram 42 vezes cada. A tabela n.º 3 apresenta as dez ruas mais mencionadas na *Gazeta* no que se refere ao comércio de escravizados.

TABELA 3  
RUAS MAIS CITADAS PARA O COMÉRCIO DE ESCRAVIZADOS

<i>Rua</i>	<i>Rua atual correspondente</i>	<i>Quantidade de anúncios</i>
Rua Direita	Rua Primeiro de Março	53
Rua da Quitanda	Rua da Quitanda	42
Rua de São Pedro	Avenida Presidente Vargas (lado par)	42
Rua do Sabão	Avenida Presidente Vargas (ímpar)	42
Rua da Cadeia	Rua da Assembleia	38
Rua do Ouvidor	Rua do Ouvidor	30
Rua da Alfândega	Rua da Alfândega	29
Rua dos Pescadores	Rua Visconde de Inhaúma	23
Largo da Lapa do Desterro	Lapa	23
Rua Detrás do Hospício	Rua Buenos Aires	23

Fonte: *Gazeta do Rio De Janeiro*, 1808-1821.

Os variados estabelecimentos cariocas funcionavam com a maioria dos trabalhadores sendo pessoas escravizadas. Um aviso da *Gazeta* de 1818 explicou que uma fábrica de marcenaria, na Rua dos Barbonos (atual Rua Evaristo da Veiga), operava com seis escravizados serradores, dois palheiros e um moleque de servir a fábrica.<sup>39</sup> As inúmeras padarias, por exemplo, funcionavam com o esforço do trabalho dos africanos, também conforme

39 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 4, edição de 14 de janeiro de 1818.

anunciado nos jornais. Um comunicado de venda de uma fábrica de padaria indicava que o estabelecimento funcionava com sete escravizados forneiros.<sup>40</sup> Havia, inclusive, diversos cativos especializados em práticas de padaria. Em 1819, um anúncio resumiu-se a informar que se vendia «um escravo que sabe trabalhar em padaria».<sup>41</sup> Dois anos antes, um anunciante queria vender os escravizados de uma padaria:

Quem quiser comprar os trastes pertencentes a uma padaria, com cinco escravos pa-deiros e um moleque, dirija-se à Rua de S. José n.º 5, ou na Rua do Lavradão n.º 54.<sup>42</sup>

O italiano Horácio Messeri, que ao longo do período foi dono de duas padarias no Rio de Janeiro (uma na Rua dos Ourives e outra na Rua Direita), anunciava com frequência na *Gazeta*. Suas publicações indicam que o trabalho escravizado era uma característica dos estabelecimentos. Em agosto de 1819 avisou que duas escravizadas suas estavam foragidas, explicando que ambas vestiam roupas de «linho riscado de azul e branco», que provavelmente era uma espécie de uniforme da padaria.<sup>43</sup>

Como boa parte dos anunciantes da *Gazeta* tinha a preocupação de bem descrever seus escravizados para chamar a atenção do consumidor para comprá-lo, conseguimos, a partir da leitura dos anúncios, compreender as diversas funções que os cativos exerciam nas ruas e no interior das casas de seus senhores. Dentre os trabalhadores escravizados do sexo masculino, predominaram nos anúncios as menções aos indivíduos cozinheiros, com princípio de cozinheiro ou capazes de cozinhar. Foram 85 indicações a esta função, sendo 81 aparições em anúncios de venda e quatro em avisos de fuga do escravo. Em setembro de 1821, uma edição da *Gazeta do Rio de Janeiro* circulou com cinco menções a cativos cozinheiros na mesma página de anúncios.<sup>44</sup> Serviços como boleiro, alfaiate e sapateiro são mencionados em mais de 30 oportunidades nos anúncios do periódico.

Quem quiser comprar um mulato boleiro e sapateiro, sem defeito ou moléstia alguma, robusto, sadio, boa estatura, de vinte e dois a vinte e quatro anos de idade, procure na Rua Direita, casa n.º 23.<sup>45</sup>

40 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 94, edição de 24 de novembro de 1819.

41 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 24, edição de 24 de março de 1819.

42 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 44, edição de 31 de maio de 1817.

43 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 65, edição de 14 de agosto de 1819.

44 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 73, edição de 9 de setembro de 1820.

45 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 70, edição de 1 de setembro de 1813.

Vende-se um escravo cozinheiro muito próprio para casa de pasto ou se tem estado alugado por vezes; igualmente se vende um mulato sapateiro, por preços cômodos. Quem deles precisar procure na Rua da Cadeia, n.º 58.<sup>46</sup>

TABELA 4  
OFÍCIOS MAIS FREQUENTES NOS ANÚNCIOS DE ESCRAVIZADOS

<i>Escravizados do sexo masculino</i>	
<i>Ofício</i>	<i>Menções em anúncios</i>
Cozinheiro	85
Boleeiro	37
Alfaiate	32
Sapateiro	31
Pedreiro	26
Barbeiro	23
Carpinteiro	21
Ferreiro	7
Padeiro	6
Pajem	6
Serrador	6
Tanoeiro	5
Remador	4
Correio	3
Serralheiro	3
Calafate	2
<i>Escravizadas do sexo feminino</i>	
<i>Ofício</i>	<i>Menções em anúncios</i>
Lavadeira	109
Costureira	101
Engomadeira	101
Cozinheira	90
Ama de Leite	39
Bordadeira	4
Doceira	3

Fonte: *Gazeta do Rio De Janeiro*, 1808-1821.

46 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 19, edição de 7 de março de 1818.

Os anúncios permitem apontar que, no ambiente urbano, as cativas mulheres eram em geral aplicadas aos ofícios «da porta adentro», ou seja, aos trabalhos domésticos. É que, no que se refere às escravizadas do sexo feminino, os ofícios mencionados na *Gazeta* eram, na grande maioria, os mesmos, como cozinhar, engomar, lavar e coser, além da já referida função de ama de leite. Predominaram no periódico as menções às lavadeiras, costureiras e engomadeiras. Estas funções apareciam quase sempre juntas, de acordo com os exemplos abaixo descritos.

Vende-se uma escrava de nação Cassange, criada com os brancos desde pequena, boa cozinheira, engomadeira, costureira, lavadeira, ainda rapariga, bem parecida, e muito hábil para o serviço de uma casa, sem manhas, nem defeitos de qualidade alguma. Quem a quiser comprar, procure na Rua da Mãe dos Homens, casa n.º 27, da parte da Igreja.<sup>47</sup>

Vende-se uma escrava de nação Moçambique, boa ama de leite, que sabe lavar, engomar liso, coser e cozinhar, sem vício algum. Quem a quiser comprar, dirija-se à Rua Direita, n.º 9, primeiro andar.<sup>48</sup>

Muitos escravos do sexo masculino se especializavam em suas funções, podendo chegar a oficial, mas nunca a mestre. Sabe-se que «embora só os brancos fossem mestres de um ofício, o escravo urbano podia chegar a oficial, deixando assim a categoria de aprendiz com que se tinha iniciado na profissão».<sup>49</sup> O ensino dessas diversas práticas aos escravizados dependia exclusivamente do seu senhor, que poderia optar por dar instrução ao seu escravizado ou não.

No espaço urbano, havia estrangeiros, por exemplo, que aceitavam instruir os escravizados em algum ofício com a promessa de contrapartidas. Neste cenário, é marcante a atuação de Carlos Durand, um comerciante francês «ligado ao mercado de livros e ao comércio de luxo»<sup>50</sup>. Durand comercializava artigos como vestidos e chapéus fabricados em Paris.<sup>51</sup> Em 1819, avisou que estava disposto a instruir escravos. A contrapartida era o cativo manter-se sob suas ordens por três anos. Depois seria devolvido.

47 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 4, edição de 13 de janeiro de 1813.

48 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 1, edição de 2 de janeiro de 1819.

49 Silva, 2007, 137.

50 Neves, 1992, 64.

51 Carlos Durand vendia inclusive artigos de luxo para a Família Real. No *Balanço da Receita e Despesa do Tesouro Público do Rio de Janeiro*, referente a setembro de 1821, publicado na *Gazeta* de 8 de novembro de 1821, consta um pagamento de 78.640 réis para ele por «efeitos que se lhe compraram antes da retirada de Sua Magestade».

Quem quiser por negros ou negras de 8 até 10 anos de idade a aprender o ofício de jardineiro, cocheiro ou cozinheiro e além disto a ler, escrever, contar e cozer, dirija-se à casa de Carlos Durand e Comp., Rua Direita, n.º 9. As condições são as seguintes: 1) Deve ter boa constituição e boa saúde e ter tido bexigas naturais ou vacinadas; 2) Ter ao menos duas camisas, duas calças e uma jaqueta; 3) Nos primeiros três meses o senhor poderá tirar o escravo; depois de três meses deverá deixá-lo três anos à pessoa que dele se encarregar, a qual se obriga a fazê-lo aprender tudo que o senhor houver destinado, e demais os diversos conhecimentos elementares indicados.<sup>52</sup>

O francês João Felipe Nolin, dono de uma loja de marceneiro na Rua de S. José, era mais um europeu que se candidatava a ensinar funções aos escravizados. Ele anunciou que os senhores que quisessem «admitir seus escravos» ao ofício de marceneiro poderiam se dirigir à sua loja. Ele prometia usar toda sua «fidelidade própria de homem de bem».<sup>53</sup>

Quando adultos, exercendo os trabalhos já referidos, os escravizados preenchiam a demanda por mão de obra em uma economia urbana em pleno desenvolvimento após a chegada da Corte. A grande quantidade de anúncios de compra e venda de cativos é resultado dessa necessidade de mão de obra na região. Alguns avisos chegam a ser bastante direcionados, exibindo aptidões específicas, como fabricante de tabaco:

Francisco de Arruda, morador na Rua Larga de S. Joaquim, n.º 51, tem dois escravos para vender: um perfeito cozinheiro e outro bom fabricante de tabaco.<sup>54</sup>

Outros anúncios chamam atenção pelo excesso de detalhes para melhor promover o escravizado. Um anunciante fez questão de descrever que a pessoa à venda sabia fazer bem sabão, enquanto outro detalhou que a escravizada sabia lavar até meia de seda.

Quem quiser comprar uma mulata clara, boa costureira, rendeira, engomadeira, doceira e que faz bem sabão, fale com Manoel de Castro Ribeiro, morador na Rua da Prainha, adiante do canto de N. S. da Bonança, a ir para o Aljube à mão esquerda, nas casas n.º 26, loja de sapateiro.<sup>55</sup>

Quem quiser comprar uma crioula de S. Tomé, que sabe cozer, engomar e lavar até meias de seda, cozinhar e também bordar, e mais quanto é preciso, fale com o dono na Rua do Sabão, canto da Vala, n.º 78.<sup>56</sup>

---

52 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 74, edição de 15 de agosto de 1819.

53 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 3, edição de 9 de janeiro de 1819.

54 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 81, edição de 9 de outubro de 1811.

55 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 12, edição de 10 de fevereiro de 1813.

56 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 40, edição de 20 de junho de 1818.

**«Quem souber de um preto, procure a...»**

Observar os mais de 400 anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro* referentes às fugas de escravizados possibilita supor que dificilmente terá existido um grande senhor da elite mercantil carioca ou da elite europeia, aqueles que possuíam inúmeros cativos, que não tivesse pelo menos um fugitivo contabilizado. Provavelmente até mesmo os habitantes que detinham somente um ou dois cativos tiveram que lidar com os «desaparecimentos».

Diversas e complexas foram as formas de resistência exercidas pelos indivíduos escravizados, «destacando-se as fugas individuais e as comunidades de fugitivos».<sup>57</sup> Conforme resume Flávio Gomes, nas áreas urbanas as dificuldades para localizar os cativos em fuga eram grandes. Não à toa, os jornais «ficaram abarrotados de anúncios de fugas».<sup>58</sup> Durante o período de circulação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, foram 428 avisos de fuga impressos, sendo fundamental referir que a publicação de avisos teve uma lenta solidificação ao longo dos primeiros anos de impressão, período em que se encontrava ainda em difusão o periódico.<sup>59</sup>

As linhas dos avisos respeitantes a essas fugas chamam a atenção pela riqueza de detalhes que os senhores mandavam imprimir. O raciocínio era simples: quanto mais detalhes, mais fácil seria encontrá-lo. E a partir de 1817, período em que os avisos de fuga começam a ser mais abundantes na *Gazeta*, os anúncios do periódico passaram a ser cobrados – 200 réis por linha – e isso é um dado relevante neste caso, pois mostra como era importante para os senhores reaverem os indivíduos, não se importando em pagar por anúncios com riqueza descritiva e muitas linhas.

Valia de tudo na hora de descrever o indivíduo em fuga: nome, idade, roupa que estava utilizando, cicatrizes, escarificações de varíola, sinais dos castigos que havia sofrido, letras marcadas em seus corpos, modos de se comportar, fluência ou não na língua portuguesa, ofícios que sabiam exercer, entre muitos outros.

Todos os indivíduos importados do continente africano tinham um «registro» na pele, utilizado em geral para distinguir a propriedade dos

---

57 Gomes, 2018.

58 Gomes, 2018.

59 A lenta solidificação ao longo dos anos dos anúncios verifica-se também se analisados os anúncios em geral e não somente os relacionados com a escravização. A publicação de anúncios na *Gazeta* cresceu mais de 275 % entre 1809, o primeiro ano completo de circulação do periódico, e 1820, passando de 368 anúncios publicados nos 12 meses de 1809 para 1.381 no ano de 1820.

cativos, imprimindo, ainda no porto africano, as iniciais do nome do traficante. Não era incomum também a prática de marcar as iniciais do seu senhor no Brasil.<sup>60</sup> Os anúncios da *Gazeta*, no entanto, não apontam muitas letras impressas que condizem com o nome do seu dono carioca. Isso se deve ou porque as iniciais eram do traficante que o trouxera da África ou porque aquele indivíduo já tinha sido revendido no Brasil.

Um aviso de 1820, por exemplo, indica que a marca de uma escravizada seria referente ao senhor que a trouxera da África. Tratava-se de Manoel Teixeira da Costa Silva, traficante dono do armazém de número 25 no Valongo. Ele perdeu sua cativa, natural de Quelimane, «com a marca M de fogo no peito esquerdo», antes mesmo de a vender.<sup>61</sup>

Quando vendidos, os escravizados passavam a pertencer ao comprador, mas as letras em seus corpos seriam eternas. O ferro em brasa, por exemplo, imprimiu no braço do escravizado João Monjolo as letras IRC, mas o cativo, que ainda estava a aprender a língua portuguesa, pertencia a Manoel Ferreira Flores, o que indica que IRC provavelmente eram as iniciais de quem o importou da África e o vendeu, no Valongo, para Flores, dias após o desembarque. O mesmo ocorreu com Maria Benguela, de 18 anos, que tinha MF no braço, mas seu senhor era Francisco Xavier Furtado.

Quem souber ou achar um negro por nome João, nação Monjolo, ofício de serrador com a marca no braço direito IRC, meio ladino, leve-o à Ladeira de João Homem, na Prainha, n.º 7, e procure a Manoel Ferreira Flores.<sup>62</sup>

Uma negra por nome Maria, de idade de 18 anos, de nação Benguela, espigada e magra, vestida com um vestido azul ou encarnado, com uma marca em um dos braços na forma seguinte MF, quem achar a poderá entregar na Rua dos Ourives, defronte da Igreja do Parto, em umas casas novas no 1º andar, a Francisco Xavier Furtado, de quem receberá suas alvissaras.<sup>63</sup>

O ferro quente também foi utilizado para intimidar os escravizados que pretendiam escapar. Um alvará de 3 de março de 1741, instaurado no reinado de D. João V e ainda vigente no tempo de D. João VI, determinara que «todos os negros, que forem achados em Quilombos estando neles voluntariamente, se lhes ponha com fogo uma marca em sua espádua com

---

60 Lima, 1988, 52.

61 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 2, edição de 5 de janeiro de 1820.

62 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 36, edição de 3 de maio de 1817.

63 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 42, edição de 24 de maio de 1817.

a letra F». Em caso de serem reincidentes e já terem o F impresso, «se lhe cortará uma orelha».<sup>64</sup>

É difícil definir quais eram exatamente os quilombos existentes nos arredores do ambiente urbano do Rio de Janeiro, uma vez que só se produzia documentos de quilombos ou mocambos quando se tinha a intenção de destruí-los. Sendo assim, sabe-se apenas da existência dos quilombos notificados em documentos da Polícia ou mencionados por outras vias, como a citação de viajantes da época. Os arredores do Rio talvez tenham abrigado outros que ainda não se tem conhecimento, visto não ter sido empregue na altura iniciativa para o desmantelamento. Essas comunidades de fugitivos eram extremamente difíceis de ser eliminadas, à semelhança da mitológica Hidra de Lerna, de acordo com a proposta interpretativa de Flávio Gomes.<sup>65</sup>

Somente entre 1808 e 1818, é possível detectar quilombos nas seguintes regiões fora da área urbana: Magé, Pati do Alferes, Cabo Frio, Macacu, Resende, Parati, Maricá, Suruí (Magé), Santo Antônio de Sá (Itaboraí) e Inhomirim.<sup>66</sup> Não existiram simultaneamente, mas existiram refúgios, efêmeros ou duradouros, nessas regiões dentro desses dez anos. Os fugitivos geralmente se agrupavam próximos a engenhos ou áreas economicamente ativas, garantindo as trocas mercantis, até porque «a tentativa de interiorização de alguns grupos quilombolas pode ter sido dificultada pela existência de tribos indígenas hostis – principalmente em Campos e Cabo Frio».<sup>67</sup>

As grandes cidades escravistas, como Rio e Salvador, estiveram cercadas de quilombos, uns efêmeros, outros duradouros. Regiões ainda pouco povoadas, como Santa Teresa, Laranjeiras e a atual Tijuca, abrigaram recantos de fugitivos no tempo colonial. Luís Gonçalves dos Santos, numa carta, escreve que os pretos não faziam povoação distinta dos brancos, «exceto algum quilombo no meio dos matos».<sup>68</sup> Ou seja, os habitantes do Rio sabiam da existência ocasional desses refúgios.

Não se sabe qual parcela dos fugitivos anunciados de fato conseguiu se estabelecer num desses espaços de refúgio. Certo é que existiam cidadãos que se dedicavam à captura de fugitivos para devolverem ao seu senhor e receberem as premiações. Estes eram conhecidos como «capitães

64 *Alvará determinando que todos os negros que forem achados residindo voluntariamente em quilombo, sejam marcados num ombro com a letra F.* Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Leis e ordenações, Leis, mç. 4, n.º 92, 3 de março de 1741.

65 Gomes, 1997, 20; 2006, 25-27.

66 Gomes, 1997, 558.

67 Gomes, 1997, 560.

68 Santos, 1821.

do mato» e às vezes apareciam assim descritos nos jornais. Eles próprios podiam pagar para anunciar um fugitivo encontrado, exercendo o processo inverso do tradicional, ou seja, o localizador do escravo anuncia na esperança de encontrar o seu dono para receber uma premiação que certamente seria negociada entre as partes.

A quem faltar uma negra de nação Ganguela, por nome Thereza, boçal, fale com o capitão do mato Manoel José Domingues, na Rua Nova do Senado.<sup>69</sup>

Machado de Assis descreve os jornais da época como a principal fonte desses capturadores para localizar os desaparecidos.<sup>70</sup> A prática de descrição detalhada das características do fugitivo é frequentemente notada na *Gazeta*.

Cândido Neves lia os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e saía às pesquisas. Tinha boa memória. Fixados os sinais e os costumes de um escravo fugido, gastava pouco tempo em achá-lo, segurá-lo, amarrá-lo e levá-lo. A força era muita, a agilidade também. Mais de uma vez, a uma esquina, conversando de cousas remotas, via passar um escravo como os outros, e descobria logo que ia fugido, quem era, o nome, o dono, a casa deste e a gratificação; interrompia a conversa e ia atrás do vicioso. Não o apanhava logo, espreitava lugar azado, e de um salto tinha a gratificação nas mãos. Nem sempre saía sem sangue, as unhas e os dentes do outro trabalhavam, mas geralmente ele os vencia sem o menor arranhão.<sup>71</sup>

O trabalho de capitão do mato foi amplamente presente antes da chegada da Corte, tornando-se menos frequente após a criação, em 1808, da Intendência Geral de Polícia,<sup>72</sup> que, com o apoio da Guarda Real, criada em 1809, controlou durante todo o período joanino a segurança da cidade. Holloway, por exemplo, defende que «as instituições policiais estabelecidas no Rio depois de 1808 acabaram assumindo a tarefa que os capitães do mato haviam cumprido formalmente», acrescentando que «a apreensão de escravos em fuga se tornou a categoria mais importante da atividade policial».<sup>73</sup>

Por mais que Holloway indique que a função dos capitães do mato tenha se tornado supérflua, o que de fato pode ter acontecido com o tempo, os anúncios da *Gazeta* e a referência a esses indivíduos realizada por

---

69 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 2, edição de 6 de janeiro de 1821.

70 Machado de Assis, escritor carioca nascido em 1839, escreveu o conto *Pai contra mãe* em 1906, já no fim de sua vida. Publicado no livro *Relíquias de Casa Velha*, o texto foi escrito anos após o fim da escravização, mas com memórias do cotidiano dos cativos.

71 Assis, 1906.

72 Schultz, 2008.

73 Holloway, 1997, 63.

Jean-Baptiste Debret,<sup>74</sup> que se mudou para o Rio de Janeiro em 1816, apontam para a manutenção, ainda que provavelmente em menor número devido à intervenção da Intendência na captura e punição dos cativos, desta atividade.<sup>75</sup> Para isso, basta notar a quantidade de avisos impressos que oferecem recompensas pelos fugitivos. O próprio Holloway, porém, determina que os capitães do mato serão efetivamente eliminados somente na década de 1820.

Muitos anúncios inseridos de fato continham grande quantidade de detalhes que eram capazes de facilitar bastante a localização do desaparecido por parte dos agentes da Guarda Real ou dos capitães do mato. E não só, pois os fugitivos poderiam ser localizados por qualquer cidadão ordinário. Até mesmo os iletrados, que não sabiam ler os jornais, certamente tomavam conhecimento de muitas das notícias e anúncios que se publicavam, dada as formas de comunicação variadas. Muitos sabiam disso ou daquilo por ouvir dizer, ou seja, alguém leu o jornal e oralmente foi transmitindo a mensagem. Do segundo transmissor em diante já não era mais a notícia da *Gazeta*, mas o «por ouvir dizer».<sup>76</sup>

Os anunciantes estavam aptos tanto a descrever as características físicas quanto as emocionais de seus escravizados. Um fugitivo gabonês, por exemplo, foi detalhadamente descrito em 1815 pouco menos de duas semanas depois do seu desaparecimento.

No dia 29 passado fugiu um preto, por nome João, de nação Gabão, ainda sem barba, baixo, magro, bem feito, de presença alegre, com duas cicatrizes na cabeça, manchas muito pretas no peito, em uma perna sinal de queimadura, e algumas sarnas pelo corpo, com calças riscadas de azul e branco e camisa de algodão da Índia. Quem o achar procure Manoel Ferreira de Andrade, no Largo de S. Joaquim, n.º 37.<sup>77</sup>

Encontrar fugitivos também podia ser uma atividade realizada pelos próprios escravos. É que também era uma prática dos anunciantes aumentar o valor da recompensa caso o capturador fosse um cativo. Assim teriam ajuda para comprarem suas liberdades. A recompensa era valiosa para as reservas que faziam em busca da carta de alforria.

---

74 Debret, 1835, 131.

75 Somente nos anos 1830 é que a Polícia passou a ser oficialmente a responsável pela função de resgatar escravizados (Soares, 1988, 340).

76 Barbosa, 2008.

77 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 12, edição de 11 de fevereiro de 1815. Uma dobra equivalia a 12.800 réis.

No dia 11 de abril de 1814 fugiu a Joaquim Antônio de Begonha Lobo, morador na Rua da Quitanda, n.º 91, um escravo João, de nação Libolo, de idade de 25 anos para mais, muito ladino, altura ordinária, delgado de perna à proporção do corpo, olhos grandes, e muito vivos, que tem uma cicatriz em uma face, e alguma falta de cabelo na moleira, e é rendido de uma virilha; é oficial de currador e que também sabe serrar, e de roça: costuma mudar o nome e dizer que é forro. Quem dele der notícia tem de prêmio 50.000 réis e sendo algum cativo, que dê conta dele, se lhe dão cinco doblas para ajuda da sua liberdade.<sup>78</sup>

A prática de efetuar pagamentos como forma de gratificação pela captura do fugitivo esteve, portanto, disseminada no Rio joanino, mas nem sempre os anunciantes informavam os valores oferecidos como recompensa. Muitas vezes escreviam apenas que «gratificará» quem trouxesse o fugitivo ou que dará «boas alvissaras». Em certas ocorrências os valores anunciados eram referentes a mais de um escravizado, como os 100.000 réis oferecidos em 1820 a quem encontrasse Thomaz Monjolo, Joaquim Moçambique e José Benguela e levasse os três ao senhor.<sup>79</sup>

Noutros avisos, o local de captura afetava o valor, como no 1º de março de 1820. Neste dia, um comunicado diferenciava o pagamento para quem encontrasse o fugitivo: se encontrasse na cidade, 20.000 réis; na roça, 30.000 réis; mas se fosse localizado a bordo de um navio prestes a sair, 40.000 réis; e se o navio tivesse saído, mas denunciasse o mestre do navio, receberia 100.000 réis.<sup>80</sup> Ainda havia anúncios que dilatavam os valores de acordo com o motivo do desaparecimento, como neste em que o prêmio era maior se o escravizado tivesse sido furtado.

No dia 2 de junho de 1818 desapareceu uma negra Cabinda quase nova de idade de 17 ou 18 anos, estatura ordinária, bom corpo, e alguma coisa grossa, falta-lhe a metade do dedo grande do pé. Quem der notícias dela, na Rua detrás do Hospício, n.º 11, sendo furtada, receberá de alvissaras 50.000 réis e ao contrário duas doblas por seu trabalho.<sup>81</sup>

Dentre os 428 comunicados de fuga da *Gazeta*, encontram-se pelo menos 26 distintos valores de recompensas referentes a um único escravizado desaparecido e sem variação de acordo com o motivo da fuga ou local de captura. Deste grupo de anúncios, o valor médio de gratificação dado aos capturadores calcula-se em 24 mil réis. Um indício do padrão de prêmios ofertados aos capturadores aparece nas edições de 1820 da *Gazeta*. É que em

---

78 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 63, edição de 9 de agosto de 1815.

79 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 46, edição de 7 de junho de 1820.

80 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 18, edição de 1 de março de 1820.

81 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 78, edição de 29 de setembro de 1819.

fevereiro desse ano, um anunciante avisava que estava disposto a pagar um «prêmio superior ao ordinário» para quem encontrasse o cativo Vito.<sup>82</sup> Meses depois, em maio, o mesmo anunciante avisou que a recompensa era de 50 mil réis, indicando que este valor, portanto, era acima do costumeiro à época.<sup>83</sup>

TABELA 5

## VALORES DE RECOMPENSA À CAPTURA DE ESCRAVIZADOS FUGITIVOS

<i>Data</i>	<i>Nome</i>	<i>Valor em réis</i>
07/01/1809	Matheus	12.800
14/02/1810	Luiz	12.800
06/06/1810	Joaquim	40.000
28/05/1814	Leandro	20.000
06/08/1814	Amaro	20.000
09/08/1815	João	50.000
30/08/1815	José	25.600
31/01/1816	Gregório	32.000
23/03/1816	Joaquim	12.800
23/10/1816	Marianno	50.000
03/05/1817	João	4.500
26/07/1817	Manoel	8.000
26/07/1817	Pedro	8.000
26/07/1817	João	8.000
21/02/1818	Joaquim	20.000
07/07/1819	José	38.400
04/09/1819	João	20.000
09/02/1820	João	12.800
22/04/1820	José	38.400
03/05/1820	Vito	50.000
03/05/1820	Ignácio	9.600
17/05/1820	Pedro	51.200
27/05/1820	Jacinta	25.600
25/11/1820	Ignácio	25.600
23/12/1820	Francisco	25.600
21/02/1821	Ventura	4.000

Fonte: *Gazeta do Rio De Janeiro*, 1808-1821.

82 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 16, edição de 23 de fevereiro de 1820.

83 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 36, edição de 3 de maio de 1820.

Dentro desses avisos que informam os valores das recompensas encontra-se uma pista para supor as variáveis que importavam para determinar o preço da recompensa. Note-se, por exemplo, a diferença entre os 12.800 réis ofertados em 1810 pela captura do «mulato de nome Luiz, escravo do capitão José Luiz Marques»,<sup>84</sup> e os 50.000 réis indicados, em 1816, como gratificação pela captura do «mulato de nome Mariano».<sup>85</sup> Neste caso, os dois são descritos como «mulatos», mas há um aspecto que os diferencia: Luiz é descrito como um cativo que «terá uns 40 anos», enquanto Mariano tinha, segundo o anúncio, 22 anos.

Noutros três anúncios encontrados com preços na casa dos 50 mil réis, dois informam a idade do fugitivo: João tinha 25 anos e Vito, 30.<sup>86</sup> Ambos consideravelmente mais jovens que Luiz. Os cativos adolescentes ou muito jovens provavelmente também tinham a recompensa reduzida. Em maio de 1817, os anunciados 4.500 de recompensa eram pela captura de João, um «moleque de nação Benguela, de estatura muito pequena».<sup>87</sup> Já em fevereiro de 1821, a oferta de 4 mil réis era pela captura de Ventura, um «mancebo».<sup>88</sup>

Para se ter uma dimensão dos valores referidos, é possível admitir que, na maior parte dos casos, é possível com o preço oferecido como prêmio à captura de um escravizado pagar um mês de aluguel de um imóvel na cidade do Rio de Janeiro. Isso vale até para os valores mais baixos de recompensa, sendo, em quase todos os casos, suficiente para arcar com o aluguel mensal de uma casa térrea. É que os preços médios de aluguéis mensais na área urbana da cidade eram, para casas térreas, cerca de 5.000 réis; para casas de sobrado simples, 15.485 réis; para casas de sobrado de dois ou três andares, 42.263 réis; e para chácaras, 8.773 réis.<sup>89</sup> A própria *Gazeta*, num anúncio de 1816, traz um exemplo dos preços de rendas na época, ao indicar que a *Gazeta* descreve que uma casa na Rua da Misericórdia rendia mensalmente 24 mil réis.<sup>90</sup> Já em novembro de 1820, João Marcelino Gonçalves anunciou o aluguel de uma casa por 30 mil réis mensais.<sup>91</sup> Portanto, nos casos dos cativos com prêmios mais altos, como os exemplos em que a

84 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 13, edição de 14 de fevereiro de 1810.

85 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 85, edição de 23 de outubro de 1816.

86 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 63, edição de 9 de agosto de 1815. *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 36, edição de 3 de maio de 1820.

87 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 36, edição de 3 de maio de 1817.

88 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 15, edição de 21 de fevereiro de 1821.

89 Os preços médios são de Nireu Cavalcanti (2004), que, para a pesquisa, consultou os livros da Décima Urbana entre 1808 e 1810.

90 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 54, edição de 6 de julho de 1816.

91 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 89, edição de 4 de novembro de 1820.

oferta era de 50 mil réis, era possível pagar dez meses de renda de uma casa térrea com a premiação.

O principal motivo para prisões de escravizados, aliás, era a fuga. Muitos dos reclusos na principal cadeia da cidade na época, a do Calabouço, lá estavam devido à tentativa de escape.<sup>92</sup> Em maio de 1819, por exemplo, anunciava-se na *Gazeta* um escravizado pedreiro que estava recluso no Calabouço.<sup>93</sup> Já em 1814, a polícia da Corte recolheu 34 cativos num quilombo e levou todos à reclusão no Calabouço. A seguir publicou um aviso informando que a lista dos reclusos estava publicada na secretaria da Intendência.

Pela Intendência Geral da Polícia se faz saber ao público que na prisão do Calabouço existem 34 escravos fugidos, achados em quilombos, e fora deles até o exame, que se fez no dia 26 de março próximo passado, e pela lista, que está publicada na Secretaria da mesma intendência, e naquela prisão, podem seus senhores ir verificar se são idênticamente os próprios, para os receberem no termo de três meses, que mais se espera depois deste anúncio, aliás se entregarão ao Magistrado, que arrecada os bens, a que não aparecem donos, para serem vendidos, e ir o seu produto líquido das despesas, a que eles são responsáveis para os cofres do Fisco.<sup>94</sup>

A riqueza nas descrições impressas na *Gazeta* também permite detectar algumas práticas de fuga adotadas pelos escravizados e estratégias que utilizavam para dificultar a localização. Quanto às estratégias para escapar, certamente foram inúmeras sendo um exercício impossível precisar todas. Os anúncios da *Gazeta*, contudo, permitem extrair algumas. Tudo indica que muitos aproveitavam a ida aos chafarizes para escaparem. Algumas publicações no periódico comprovam o cotidiano de ir e vir buscar água do escravizado. Como alguns avisos apontam para cativos que fugiram enquanto estavam a ir buscar água, infere-se que a interação nos chafarizes, com conversações em seus próprios idiomas, provavelmente desenvolveu-se, em alguns casos, para planos de escape.

Quem achar, ou souber de uma escrava ainda boçal, por nome Rosa, com uma camisa e saia branca, e o cós vermelho, com um botão preto na orelha, alta, encorpada, e faltou no dia 24 do mês passado saindo de casa com um barril novo a buscar água, fale com o Sargento Mor José Ignácio de Almeida, na Rua da Guarda Velha, n.º 18, que a quem a achar lhe dará alvíssaras.<sup>95</sup>

---

92 Soares, 1988, 535.

93 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 39, edição de 15 de maio de 1819.

94 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 27, edição de 2 de abril de 1814.

95 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 51, edição de 8 de março de 1809.

No dia 1º de agosto do presente ano fugiu um escravo por nome José, de nação Cabinda, com oito meses de terra, que sabe pouco da língua portuguesa, vestido com camisa de algodão branco, ceroulas de riscado de Minas, e jaqueta de pano azul ordinário, sem sinais de bexigas, porque foi vacinado, que ia buscar água ao chafariz. Quem do dito souber e der notícias receberá a recompensa de seu anúncio na Rua de S. Pedro, lado esquerdo nas casas de Marcos José Pimentel, n.º 11. O mesmo tem um negro cozinheiro para vender para fora da terra.<sup>96</sup>

Os momentos em que saíam das casas dos senhores para cumprir funções externas parecem ter sido os mais apropriados. O coronel Aureliano Oliveira, por exemplo, na véspera do dia de São Miguel Arcanjo, entregou uma quantia ao seu escravizado para que fosse à rua fazer compras para a casa. Três semanas passaram e Desidério ainda não tinha voltado. Provavelmente aproveitara a oportunidade e o dinheiro em mãos para fugir.

Quem souber de um mulato escuro, sapateiro, por nome Desidério, de idade de 19 anos, estrutura baixa, algum tanto grossa, com uma pequena cicatriz sobre o olho direito, cabelos pretos anelados como de índio, maçãs do rosto saídas da face, pés grosseiros, com menos uma unha de um dos dedos grandes, que fugiu no dia 28 do mês passado (véspera de S. Miguel), indo com dinheiro para compras de casa, vestido de niza e calças de pano azul e camisa de bretanha com folhos de cambrinha da Índia, e de tamancos, escravo do coronel Aureliano de Souza e Oliveira, morador no Largo da Sé Velha, do Morro do Castelo, e o pegar, será o seu prêmio seguro, e a paga da despesa que tiver feito.<sup>97</sup>

Após a fuga era preciso estabelecer medidas para evitar sua localização. Os anúncios indicam que uma atitude comum dos fugitivos era mudar de nome. Em março de 1820, um senhor anunciou que seu cativo se chamava Adão e estava desaparecido. Mas, alertou o anúncio, o fugitivo costumava mudar de nome a cada fuga.<sup>98</sup> Meses depois, em maio de 1820, outro fugitivo alterou o nome, de Domingos para Estevão.<sup>99</sup>

Como Domingos, acima citado e que já estava há dois anos longe da custódia de seu senhor, outros escravizados mantiveram-se fugitivos por muito tempo. Em 1821, constava que José já estava desaparecido há mais ou menos dois anos.<sup>100</sup> Já em março de 1820, a *Gazeta* informou três fugitivos de longa data em suas páginas: Jerônimo, de 40 anos «ao que parece»,

---

96 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 73, edição de 9 de setembro de 1820.

97 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 84, edição de 18 de outubro de 1820.

98 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 21, edição de 11 de março de 1820.

99 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 44, edição de 31 de maio de 1820.

100 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 90, edição de 27 de setembro de 1821.

que sabia «ler mais ou menos», estava fugido há mais de quatro anos; Adão, que tinha mais de 30 anos, estava fugido há dois anos e meio; e «uma preta de 20 anos mais ou menos», que estava desaparecida há 17 meses.<sup>101</sup>

Tais avisos também mostram que a fuga não era uma prática somente de escravizados jovens. Fugiam também muitos cativos já adultos, muitas vezes próximos aos 50 anos, faixa etária que poucos em suas condições chegavam. Em maio de 1820, por exemplo, a «mulata Jacinta», escravizada de 45 anos, já se encontrava fugida há seis meses.<sup>102</sup>

Dentro das inúmeras descrições que ajudavam a encontrar o desaparecido, os sinais de castigo foram muito frequentes, pois eram rapidamente identificáveis. Em maio de 1815, Antônio, de 16 anos e natural de Benguela, estava fugido e tinha um «ferro no pescoço».<sup>103</sup> Cinco anos depois, dois escravizados fugiram enquanto sofriam com os ferros no pescoço. Eram Estevão, de São Tomé, com «ferro de chave no pescoço», e Antônio, de Benguela, com «ferro de espigão cortado no pescoço».<sup>104</sup> Os ferros ao pescoço, como bem explicaram Debret e, num tempo posterior, Machado de Assis, eram mais uma forma de marcar a reincidência na fuga do que castigo.<sup>105</sup>

Um anúncio de março de 1820 chama a atenção não só pelo comprimento, mas também pela característica do sinal que o fugitivo exibia. É que o texto refere que Adão, já aqui mencionado por adotar a prática de mudar de nome durante as fugas, tinha uma cicatriz no pescoço. A marca, de acordo com o que seu senhor mandou escrever no jornal, era resultado de uma tentativa de tirar a própria vida. Na folha da *Gazeta* o anúncio foi impresso com 15 linhas e, portanto, custou 3.000 réis ao tenente que o mandou publicar.

O tenente Manoel Alves Crespo, morador em Tapocará, vizinho à Freguesia de S. João de Itaboraí, tem três escravos fugidos, a saber: um mulato por nome Jerônimo, estatura ordinária, idade quarenta anos ao que parece, picado de bexigas, fala mansa e algum tanto rouquinha, sabe ler mais ou menos; está fugido há quatro anos, feitos em janeiro próximo passado; um crioulo por nome Adão, que costuma mudar o nome quando foge, boa estatura, idade mais de trinta anos, olhos redondos, queixos acarneirados, tem uma perna no todo mais grossa que a outra, o que é de nascença, e tem uma cicatriz de ferida muito antiga em uma delas, e tem outra cicatriz no pescoço da parte direita abaixo da orelha, a qual ele fez querendo-se degolar, está fugido há

101 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 21, edição de 11 de março de 1820.

102 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 43, edição de 27 de maio de 1820.

103 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 36, edição de 6 de maio de 1815.

104 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 13, edição de 12 de fevereiro de 1820.

105 Debret, 1835, 131. Assis, 1906

dois anos e cinco meses feitos a 28 de janeiro próximo passado; e uma preta nova de nação Cabinda, idade 20 anos pouco mais ou menos, estatura baixa, a cor algum tanto retinta e esperta, no lado direito a cima do peito tem uma cicatriz reta, e diz foi de faca, a qual ainda de longe se vê bem por ser comprida, tinha uma orelha furada e outra não; está fugida há 17 meses feitos no primeiro de fevereiro presente; pede-se a quem deles souber lhos noticie ou lhos traga; e se pagará o seu trabalho e despesa, que nisso houver. Tanto o mulato como o negro, ambos são serradores, e todos de roça.<sup>106</sup>

Após a fuga, inseria-se nos escravizados um medo: o castigo que levariam se fossem localizados. Castigos físicos exemplares eram «aplicados em situações extremas, como a fuga ou a rebeldia».<sup>107</sup> Em 1814, um senhor procurava por Amaro, oficial de alfaiate que estava foragido. Ele prometia, no anúncio da *Gazeta*, «por esta vez não o castigar».<sup>108</sup> Ou seja, infere-se que Amaro já tinha fugido outras vezes e, quando localizado, sofrido as devidas punições. O castigo foi durante o período colonial um dos principais mecanismos utilizados pelos senhores para exercer um controle sobre o comportamento do escravizado, ou seja, para manter o seu trabalhador sob sua autoridade. E para punir as tentativas de escape.

Apesar do intendente não se demonstrar a favor,<sup>109</sup> muitas vezes os escravizados eram açoitados em praça pública ou no espaço em que foram encontrados infringindo as normas. Para o intendente Paulo Fernandes Viana, deveriam receber as correções nas casas de correção e não em público, onde tal prática poderia provocar motins. É que um dos mecanismos de correção era o envio da pessoa escravizada para o Calabouço, onde seriam penalizados pelos oficiais. Quando enviados ao Calabouço pelos senhores, estes precisavam pagar pelos castigos. Custava 160 réis cada cem chicotadas, que era a sentença mais comum. O máximo autorizado era de 400 golpes de chicote.<sup>110</sup>

Os golpes de chicote geravam hematomas no corpo do africano, marcas que representaram mais uma valiosa descrição para imprimir nos jornais e facilitar a localização de algum cativo que tenha fugido poucos dias depois de sofrer punições físicas. Em outubro de 1815, Ignácio da Luz Silva anunciou o desaparecimento de Maria, natural de Cassange, que sumira com «falta de metade de um dente adiante em cima e um sinal de golpe no

---

106 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 21, edição de 11 de março de 1820.

107 Grinberg, 2018.

108 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 63, edição de 6 de agosto de 1814.

109 Schultz, 2008.

110 Soares, 1988, 296.

ombro esquerdo». <sup>111</sup> João sofreu ainda mais. A descrição das consequências do castigo consta no anúncio de sua fuga.

Desapareceu no dia 6 do corrente um preto por nome João, novo no país, que pouco fala português; ele tem um sinal de um grande golpe no canto da boca ao lado esquerdo, ficando por isso a boca pra aquele lado perpendicular; tem também uma ferida no peito do pé direito; é de altura ordinária, cheio do corpo, e gordo, quem o denunciar na Rua do Ouvidor, loja de louça, n.º 14, receberá boas alvissaras. <sup>112</sup>

A varíola, doença que preocupou muito as autoridades nesse tempo, também representou um importante mecanismo de identificação. É que os indivíduos que sobreviviam à varíola não só adquiriam imunidade à «bexiga», como era conhecida a enfermidade, como também ficavam com cicatrizações pelo corpo. Para os negociantes de escravizados, informar que o cativo estava curado da bexiga soava como algo positivo que valorizava o indivíduo, pois, assim, sabia-se que aquele trabalhador não morreria de varíola. Já para os que pretendiam encontrar os fugitivos, as cicatrizes da moléstia eram importantes dados a serem impressos no jornal para facilitar a identificação.

Karasch, que estudou a escravidão no Rio na primeira metade do século XIX, afirma que «anúncios em jornais também atestam o número de escravos com varíola, e uma das descrições mais comuns de africanos era que eles tinham bexigas». <sup>113</sup> Apesar dos esforços na época joanina para a vacinação contra a varíola, que podem ser atestados pelos relatórios de vacinação impressos na *Gazeta do Rio de Janeiro*, <sup>114</sup> «a cidade sempre enfrentava riscos de recém-chegados infectados». <sup>115</sup>

Em 1811, lia-se na *Gazeta* que «um negro, ainda moleque, de nação Cabinda, que fala Congo, bonito, bem preto, sinais de bexigas, dentes abertos adiante, marcas da sua terra nas costas, e uma cicatriz no joelho» estava desaparecido desde agosto. <sup>116</sup> Já em 1814, informou-se o desaparecimento

111 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 81, edição de 11 de outubro de 1815.

112 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 57, edição de 15 de julho de 1820.

113 Karasch, 1987, 153.

114 A *Gazeta do Rio de Janeiro* publicou um mapa, referente à imunização entre 1811 e 1819, na edição de 22 de julho de 1820 e outro, referente à vacinação de 1820, em 21 de abril de 1821. Ao consolidar os números dos mapas, tem-se uma estatística de dez anos para a cidade e que aponta para quase 20 mil vacinados (19.947), sendo 12.705 pretos. Em uma década, os escravizados representaram 63,7 % dos indivíduos contemplados com a vacina contra a varíola, «se imaginarmos que todos os pretos eram escravos, um pressuposto totalmente justificável segundo os usos da época» (Chalhoub, 1996).

115 Karasch, 1987, 152.

116 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 72, edição de 7 de setembro de 1811.

de um «moleque de nação Benguela, por nome Antônio, de 15 para 16 anos, mas miúdo do corpo, muito picado das bexigas».<sup>117</sup> Descrições valiosas para a localização dos desertores.

## Considerações finais

A abundância de anúncios vinculados ao mercado de escravos no Rio de Janeiro comprova o quanto os indivíduos escravizados representavam o motor principal da dinâmica econômica da região nos 13 anos em que a Corte portuguesa esteve exilada nos trópicos. Os anúncios nos permitem observar características variadas deste cotidiano urbano, a começar pelas atividades exercidas pelos cativos, a definição de quem eram os seus proprietários e os preços praticados tanto na venda dos indivíduos quanto nas recompensas aos capturadores de fugitivos.

A mão de obra escravizada era tão valorizada e fundamental na dinâmica econômica do Rio de Janeiro que o valor médio da recompensa (24 mil réis) oferecida por um cativo fugitivo possibilitava, como demonstrado, pagar meses de renda de um imóvel, mas também seria superior aos salários de alguns trabalhadores comuns. Basta verificar, por exemplo, que um capelão do Exército, em 1821, recebia 15 mil réis mensais.<sup>118</sup>

Pelas páginas do periódico, tem-se um quadro de como a fuga «se apresentava ao escravo como o expediente mais simples contra a violência da dominação branca».<sup>119</sup> Para analisar os avisos referentes às fugas, fez-se necessário observar o dito e o «não dito» nas linhas. Visto que se trata de uma documentação produzida pela elite, os «não ditos» são as informações acerca dos escravizados que se consegue extrair a partir dos vestígios deixados pelos textos. A partir dos «não ditos» nos jornais consegue-se obter informações preciosas tais como as estratégias de fuga exercidas pelos cativos.

O «preto» foi, no discurso da elite branca impresso nos periódicos, sempre sinônimo de um indivíduo na condição de escravo, de um trabalhador e, em última instância, uma mercadoria. As informações detalhadas que temos dos cativos, como suas origens e suas características físicas e

---

117 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 76, edição de 21 de setembro de 1814.

118 *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 21, edição de 14 de março de 1821.

119 Lima, 1988, 32.

emocionais, apenas são impressas com o objetivo único de qualificar uma mercadoria ou de repassar detalhes à população de um bem perdido, no caso de escravizados desaparecidos.

## Referências bibliográficas

- Assis, Machado de, «Pai contra mãe», em *Relíquias de casa velha*, Rio de Janeiro, Garnier, 1906.
- Barbosa, Marialva Carlos, «Reflexões sobre a imprensa no Brasil de 1808», *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 2, Florianópolis, 2008, 91-109.
- Bethell, Leslie, *A Abolição do comércio brasileiro de escravos*, trad. Luís A. P. Souto Maior, Brasília, Conselho Editorial do Senado Federal, 2002.
- Cavalcanti, Nireu, *O Rio de Janeiro setecentista: A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*, Rio de Janeiro, Zahar, 2004.
- Chalhoub, Sidney, *Cidade febril: Cortiços e epidemias na corte imperial*, Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1996.
- Debret, Jean Baptiste, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 2, Paris, Firmin didot Féres, 1835.
- Florentino, Manolo, «Escravidão», em *Dicionário do Brasil Joanino: 1808-1821*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2008.
- Florentino, Manolo, *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*, São Paulo, Editora Unesp, 2014.
- Florentino, Manolo e Fragoso, João, *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*, Rio de Janeiro, Diadorim Editora, 1993.
- Fragoso, João Luís Ribeiro, *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- Freyre, Gilberto, *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.
- Freycinet, Louis de, *Voyage autour du monde fait par ordre du roi [...] pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820*, Paris, Chez Pillet imprimeur-libraire, 1827.
- Gomes, Flávio dos Santos, *A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)*, Campinas, Unicamp, 1997.
- Gomes, Flávio dos Santos, *Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- Gomes, Flávio dos Santos, «Quilombos/Remanescentes de Quilombos», em Schwarcz, Lília M. e Gomes, Flávio (orgs.), *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

- Graham, Maria, *Journal of a Voyage to Brazil: And Residence There, During Part of the Years 1821, 1822, 1823*, Londres, Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green, and J. Murray, 1824.
- Grinberg, Keila, «Castigos físicos e legislação», em Schwarcz, Lília M. e Gomes, Flávio (orgs.), *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2018.
- Holloway, Thomas H., *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997.
- Karasch, Mary, *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*, Princeton, Princeton University Press, 1987.
- Lima, Lana Lage da Gama, *Rebeldia negra e abolicionismo*, Rio de Janeiro, Achomé, 1988.
- Lima, Manuel de Oliveira, *D. João VI no Brasil: 1808-1821*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1945.
- Lubbock, John, *Notes of Rio de Janeiro, and the southern parts of Brazil*, Londres, Samuel Leigh, 1820.
- Malerba, Jurandir, *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- Malerba, Jurandir, «Sobre o Tamanho da Comitiva», *Acervo*, 21:1, Rio de Janeiro, 2008, 47-62.
- Mattos, Hebe e Grinberg, Keila, «Código penal escravista e Estado», em Schwarcz, Lília M. e Gomes, Flávio (orgs.), *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2018.
- Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das, «Comércio de livros e censura de ideias: A actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)», *Ler História*, 23, Lisboa, 1992, 61-78.
- Nora, Pierre, «O retorno do fato», em *História: novos problemas*, Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1976.
- Sampaio, Antônio Carlos Jucá de, «Os homens de negócio cariocas da primeira metade do setecentos: origem, alianças e acumulação na construção do espaço atlântico», em *Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, Lisboa, Instituto Camões, 2008.
- Santos, Luís Gonçalves dos, *A impostura desmascarada, ou, Resposta que o filho do compadre do Rio de Janeiro dá ao compadre do rio de S. F. do Norte*, Maranhão, Typographia Nacional, 1821.
- Schultz, Kirsten, «Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821», *Tempo*, 12:24, Niterói, 2008, 5-27.
- Schwarcz, Lília M. e Gomes, Flávio (orgs.), *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2018.
- Silva, Alberto da Costa e, *A África e os africanos na história e nos mitos*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2021.

JOÃO VICTOR RIBEIRO PIRES

Silva, Maria Beatriz Nizza da, *A Gazeta do Rio de Janeiro, 1808-1822: cultura e sociedade*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 2007.

Soares, Luiz Carlos, *Urban slavery in nineteenth century Rio de Janeiro*, Londres, University of London, 1988.

Tinhorão, José Ramos, *Os negros em Portugal. Uma presença silenciosa*, Lisboa, Editorial Caminho, 2018.

Recibido, 21 de junio de 2021

Segunda versión, 27 de enero de 2022

Aceptado, 9 de febrero de 2022